

Comunicado de Imprensa

2021.11.30

FEDERAÇÃO MINHA TERRA NÃO COMPREENDE O DESINVESTIMENTO NOS TERRITÓRIOS RURAIS SUBJACENTE AO ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2030 E REIVINDICA INTEGRAÇÃO DO DLBC NAS ABORDAGENS TERRITORIAIS PARA O PERÍODO 2021-2027

A FEDERAÇÃO MINHA TERRA (FMT), EM REUNIÃO GERAL DE ASSOCIADOS DE 29.NOVEMBRO.2021 E SOB PROPOSTA DA DIRECÇÃO REAFIRMA O EMPENHO NA RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E ASSUME UMA TOMADA DE POSIÇÃO QUE SE PAUTA PELA TOTAL REJEIÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2030, NAQUILO QUE CONSIDERA A EXCLUSÃO DO DLBC — DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE NATUREZA MULTIFUNDO E, POR CONSEGUINTE, DAS INTERVENÇÕES DOS GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL (GAL) ENQUANTO GESTORES DESTAS MEDIDAS TERRITORIAIS.

São três décadas do instrumento DLBC/abordagem LEADER e de experiência adquirida pelos GAL na implementação prática das iniciativas nos territórios no âmbito de estratégias de desenvolvimento local (EDL), que importa continuar a capitalizar e manter ao serviço das parcerias locais, da resposta aos desafios de desenvolvimento e das necessidades e expectativas das comunidades, numa lógica 'de baixo para cima' (bottom-up).

O novo instrumento "Parcerias para a coesão" previsto no Acordo de Parceria, embora aparente manter os princípios do DLBC, incorpora uma abordagem 'de cima para baixo' (top-down) com um carácter "opcional e eventual", sem expressão financeira, sem integrar sistemas de apoio ao investimento de base local nomeadamente ao empreendedorismo e emprego sustentável, nem o reforço da governança local.

A proposta de Acordo de Parceria encerra uma perda de capacidade de intervenção no apoio à criação e modernização de micro e pequenas empresas e na consolidação do emprego sustentável a nível local, face a uma focalização sectorial do PEPAC- Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, acompanhada por uma perda substancial das dotações associadas às Estratégias de Desenvolvimento Local, superior a 40% em relação ao período de programação 2014-2020 e superior a 50% quando se compara com o período 2007-2013. Um retrocesso que consideram preocupante!

Consideram ainda que este é um momento particularmente pertinente para as respostas locais e de proximidade, que assumem um papel fulcral no contexto pós-pandémico, na promoção da recuperação e revitalização económica e social, no reforço da coesão territorial, na materialização das oportunidades que resultam das tendências despoletadas ou aceleradas pela pandemia e no apoio a iniciativas transformadoras dos territórios.



EM SEQUÊNCIA, A FMT REAFIRMOU A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO E DA VALORIZAÇÃO DO INSTRUMENTO REGULAMENTAR DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)/ABORDAGEM LEADER NO HORIZONTE 2021-2027, NUMA LÓGICA DE MULTIFUNDO ENQUANTO SOLUÇÃO QUE PERMITE O APOIO A PROJECTOS LOCAIS DE DIFERENTES SECTORES DE ACTIVIDADE, A PARTIR DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA MULTISSECTORIAL E INTEGRADA DO TERRITÓRIO.

A FMT considera ainda que o reforço das parcerias e actores locais e a sua relação/cooperação com outros níveis/escalas de governança, com suporte em princípios da flexibilidade, da autonomia e da democracia participativa, é fundamental na prossecução dos objectivos da política de coesão e do desenvolvimento rural para uma Europa mais próxima dos cidadãos, reinvindicando para o efeito a inclusão do DLBC multifundo no conjunto das Abordagens Territoriais programadas no Acordo de Parceria.

Por fim, considera também que, se este é o cenário desejável em termos europeus, não existem quaisquer argumentos para que não o seja também em termos nacionais.

A avançar com esta proposta assistir-se-á a um inevitável e indesejável processo de descapitalização dos territórios rurais e uma perda óbvia da **PROXIMIDADE** que se almeja nos e para os **Territórios** e para as **PESSOAS** que neles vivem!

A Direcção da Federação Minha Terra

30/11/2021

Para mais informação/declarações é possível contactar Ana Souto, presidente da Direcção da Federação Minha Terra (967 190 126).